

'Tenho como provar o que falo' 'Não transijo quanto à honra'

'O presidente da Câmara tentou sabotar a CPI do Judiciário'

'O que me levou a entrar nesta discussão foi o exagero'

ENTREVISTA

Antonio Carlos Magalhães

Tereza Cruvinel e João Domingos

BRÁSILIA

O GLOBO: O senhor atacou o presidente da Câmara, Michel Temer, a quem acusou de ter interesses no Porto de Santos, chegando a levantar a suspeita de que há irregularidades nisso. Há?

ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES: Não tenho nada que retirar dos meus ataques. Acho que ele pode exigir um inquérito das questões que tem a meu respeito e eu a respeito dele. Ele disse que sou responsável pelo senhor Ângelo Calmon de Sá (ex-dono Banco Econômico). Ele que abra inquérito e prove. Tenho como provar o que falo.

• O senhor acha que essa briga pode ser ruim para a instituição?

ANTÔNIO CARLOS: Eu acho que é ruim. Por isso, procuro fazer uma briga de um deputado contra um senador, ou então, se quiserem fazer a comparação, das duas presidências, como eu ajo e como o presidente Michel Temer age.

• O senhor vai procurar o presidente Michel Temer para fazer as pazes? Ou vai levar a briga para Portugal, para onde os dois vão hoje?

ANTÔNIO CARLOS: Não vou tomar conhecimento dele e ele não tomará conhecimento de mim.

• Mas os presidentes da Câmara e do Senado vão ficar de mal?

ANTÔNIO CARLOS: Não serei óbice ao bom funcionamento do Congresso. O Senado e a Câmara são bem mais importantes que seus presidentes.

• O senhor acha que o presidente da Câmara precipitou-se ao não esperar a CPI acabar para dar início ao debate da reforma do Judiciário?

ANTÔNIO CARLOS: É um ato de sabotagem visível, que não vingou. E ele diz que não posso opinar sobre a reforma do Judiciário porque sou senador. Opinarei sempre. Desgoste quem desgostar.

• A proposta de reforma vem para o Senado. Se ela virar uma meia-sola, como o senhor diz, o Senado vai mudar o texto?

ANTÔNIO CARLOS: O Senado é soberano. Não faz a minha vontade. Mas acho que o Senado tem a obrigação de modificar as coisas que vierem erradas. O relator, deputado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), fez uma boa apresentação em seu parecer. É um parecer contrário ao corporativismo.

• Muitos, entretanto, acham que a Justiça do Trabalho não deve ser extinta. Daí, as críticas ao relatório do deputado Aloysio Nunes Ferreira.

ANTÔNIO CARLOS: O Tribunal Superior do Trabalho é uma coisa anacrônica, do período fascista. Mas agora aparecem pessoas que querem reviver

o juiz classista, criando a figura dos conciliadores. Eles querem é manter os classistas.

• Não parece que o Governo também está querendo manter o TST? Há dias o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, fez a defesa desse setor.

ANTÔNIO CARLOS: O ministro Dornelles disse que falou pelo Governo. Eu respondi que esse era um assunto exclusivo do Congresso. Não poderia deixar de responder. Esse é um assunto que não pode ter intromissão. Isso não é assunto político. É para o futuro do país. Uma Justiça digna, sem nepotismo e sem corrupção.

• O senhor tem dito que o presidente da Câmara boicota a reforma do Judiciário. Quem mais?

ANTÔNIO CARLOS: A OAB. Ninguém tem coragem de enfrentar a OAB. Eu tenho. Há ainda os advogados poderosos.

• Há mais de ano tramita na Câmara o projeto, já votado pelo Senado, que cria o efeito vinculante (pelo qual um juiz de primeira instância não pode decidir contrariamente a acórdãos de tribunais superiores) na Justiça. Por que não anda?

ANTÔNIO CARLOS: Porque o presidente Michel Temer não leva para o plenário. Está lá há mais de um ano e tem nove dos 11 ministros do STF favoráveis. Os juizes também o apóiam, salvos alguns de primeira instância, que agem mais como advogados do que como juizes.

• Vão conseguir sabotar a CPI do Judiciário?

ANTÔNIO CARLOS: Não, porque a CPI já está mostrando a ladroagem de parte do Judiciário. Não é todo o Judiciário. A CPI está mostrando só fatos.

• O que o senhor achou da nomeação do novo diretor da Polícia Federal, depois das evidências de que está envolvido em torturas?

ANTÔNIO CARLOS: Não sei de evidências. Se houver evidência comprovada, o Governo tomará providência. Mas nunca se falou em tempo algum que esse homem fosse envolvido em tortura. Pelo que sei, 50 senadores assinaram o pedido de sua nomeação. E eu não assinei. Estou à vontade porque acho que isso não é papel de senador. É do Governo, responsável pela nomeação.

• O senhor brigou recentemente com o ministro da Saúde, José Serra. O que acha dele?

ANTÔNIO CARLOS: Naquele caso, envolvendo o ministro Serra e o ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, prestigiei o ministro Waldeck. Mas quero dizer que o ministro Serra é um homem competente. Ninguém pode contestar a sua seriedade, o seu interesse em acertar.

• O senhor imaginava que a CPI do Judiciário poderia chegar a um senador (Luiz Estevão)?

ANTÔNIO CARLOS: Não. Defendo a tese de que o senador Luiz Estevão deve explicar tudo o que houver a seu respeito. Numa CPI, o senador é uma pessoa comum, como outro qualquer.

ENTREVISTA

Michel Temer

Helena Chagas e Adriana Vasconcelos

BRÁSILIA

O GLOBO: O senhor está protagonizando, junto com o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), uma das brigas mais violentas entre os chefes das duas Casas do Congresso. Isso não afeta as instituições?

MICHEL TEMER: Lamento que isso esteja acontecendo. Esse não é o meu estilo e acho que, a rigor, deveríamos estar gastando energia para discutir as grandes reformas de que o Brasil ainda necessita. Mas não creio que essa dissensão possa causar qualquer problema para a base do Governo.

• Parece que o cessar-fogo que se tentou articular hoje (ontem) não deu muito certo. Por quê?

TEMER: É. O líder do PFL, Inocêncio Oliveira, telefonou-me de manhã sugerindo exatamente isso. Não tenho objeção para dar o caso por encerrado. Aliás, ontem, quando respondi à afirmação do senador, imaginei que hoje de manhã, se me perguntassem alguma coisa, diria que o caso era de ontem (anteontem). Supus que o senador também fosse fazer o mesmo. Mas o fato é que hoje de manhã ele veio novamente a público para fazer acusações que buscam atingir a minha honra pessoal. E isso não posso admitir. Se houver uma acusação de natureza política, tudo bem, contornamos o problema. Quanto à honra pessoal, não transijo. Por isso mesmo, disse que se o senador chamasse a imprensa e não falasse da minha honorabilidade, muito bem está encerrado o caso. Caso contrário, respondo a essa última agressão e também dou o caso por encerrado.

• Então, se ele não responder mais, o senhor não fala mais nada?

TEMER: Darei o caso por superado. Acho que não pode se tornar uma questão pessoal, porque somos dirigentes de instituições e aqueles que prezam as instituições não de trabalhar pelo país. E trabalhar pelo país não é fazendo bate-boca.

• O presidente Fernando Henrique, quando lhe transmitiu o cargo hoje (ontem) de manhã, não fez comentário sobre o confronto?

TEMER: Não, e nem eu, naturalmente, coloquei o assunto. Na verdade, foi uma passagem rápida, que se deu por um simples cumprimento.

• O senhor falou em Banco Econômico, ele falou do caso das Docas de Santos. Tudo fica no campo moral. Não saem os dois machucados?

TEMER: Confesso que acho péssimo. Muitas vezes até me questiono, quando vejo a vida pública incursionar por esse terreno, se ela vale a pena. Porque apreciaria fazer uma vida pública num nível mais elevado. Acho que isso não interessa ao povo. O que o povo quer é saber o que os dirigentes

de instituições estão fazendo pela sociedade brasileira, e não discussões pífias.

• Como o presidente vai conseguir governar mais três anos com os conflitos permanentes entre os partidos da base?

TEMER: Não acredito que haja uma briga entre partidos. Os dirigentes do PMDB estiveram aqui e enfatizamos que ninguém deveria fazer declarações. Isso deve restringir-se a essa discussão lamentável entre o presidente do Senado e o da Câmara, sendo certo que não a provoquiei.

• O presidente da OAB, Reginaldo Castro, fez duras críticas ao relatório Aloysio Nunes Ferreira, chegando a afirmar que ele não é digno de um regime democrático. O senhor concorda?

TEMER: O deputado Aloysio fez o melhor que pôde. Produziu o relatório que achou mais conveniente para o Judiciário e para a sociedade. No dia 8, preocupado com as críticas ao relatório, chamei o deputado para uma conversa e mostrei que não poderíamos paralisar a reforma do Poder Judiciário. E acertamos que a Justiça do Trabalho seria mantida como justiça especializada, mantendo a extinção dos juizes classistas. E os tribunais regionais do trabalho ficariam sensivelmente reduzidos para cinco ou seis. Esse foi o encaminhamento dado para colocar a reforma novamente de pé. Estabelecemos ainda um calendário conjunto até o dia 22. Mas não sei agora se será mantido.

• Essa radicalização não terá como maior vítima a reforma do Judiciário?

TEMER: Temo que sim. Acho que, neste momento, ela não poderia ganhar uma significação política. Farei o possível para que não ganhe, e seja examinada exclusivamente sob o foco técnico. Para isso não pode vir tísada por emoção política.

• Não vai ser difícil votar antes do recesso?

TEMER: Se superarmos este episódio, talvez ainda seja possível. Se não for, devo dizer que é preferível gastar um pouco mais de tempo, mas fazer um grande debate para que ela saia compatível com os interesses da sociedade.

• A crise entre PMDB e Governo envolvendo o comando da Polícia Federal está superada?

TEMER: Acho que sim. Não há divergência neste momento. O ministro da Justiça, Renan Calheiros, continua. Já empossou o novo diretor da Polícia Federal e o presidente reiterou sua confiança no ministro. Este é um episódio de anteontem.

• Não é muita briga para uma República só?

TEMER: Acho que devemos evitá-las. Todo mundo que conhece meu temperamento sabe não sou de briga. O que me levou a entrar nesta briga foi o exagero. Foram várias manifestações e insinuações, que sob o ângulo pessoal não posso tolerar. Vários setores se solidarizaram, não com a minha pessoa, mas com a idéia de que essas coisas não devem acontecer entre dirigentes de instituições. ■